

Galvêas negocia juro fora da pauta

O ministro da Fazenda, Erna-
ne Galvêas, disse ontem que o
problema da dívida externa "é
de negociação e não de confron-
tação", referindo-se à proposta
do ex-presidente do Banco Cen-
tral, Carlos Langoni, para a in-
clusão das taxas de juros na
pauta da próxima rodada de
conversações com os banquei-
ros credores, que o Brasil deve
iniciar em outubro. Galvêas ad-
mitiu que ainda pode ser obtida
até a capitalização dos paga-
mentos de juros, além de me-
lhores condições de prazo e re-
dução de outros custos, depen-
dendo das condições vigentes no
momento da abertura das nego-
ciações.

"Nós teremos que apresentar
nossas reivindicações para ob-
ter mais prazo e maior folga
possível na programação da
dívida externa, mas sem tentar
fazer uma confrontação com os
credores, porque isso é o que to-
do mundo vem tentando evitar"
— reagiu o Ministro, explicando
que a proposta da capitalização
dos pagamentos de juros é acei-
ta por alguns bancos e países
credores, mas outros não a
aceitam até agora. "Até o mo-
mento de definirmos as nego-

ciações esse clima pode até ter
melhorado, inclusive no sentido
de aceitar a capitalização de ju-
ros ou uma programação de no-
vos empréstimos com base nos
juros que devem ser pagos" —
disse.

As recentes negociações do
México, que Langoni conside-
rou "frustrantes" por não in-
cluir os juros, foi comentada pe-
lo Ministro da Fazenda como
indício de que há "um clima fa-
vorável" entre a comunidade fi-
nanceira internacional, "ofere-
cendo estas condições a outros
países, inclusive ao Brasil". O
México conseguiu o refinanci-
mento automático das amorti-
zações por prazos que vão até 16
anos, mas sem obter o mesmo
esquema para a parcela dos ju-
ros da dívida externa. Galvêas
lembra que a substituição da ta-
xa americana (prime rate) pela
Libor inglesa "é um dos pontos
que a comunidade financeira
está preparada para conce-
der".

O Ministro da Fazenda acha
que ainda não está descartada a
possibilidade deste governo
conseguir com os bancos uma
renegociação envolvendo os dé-

bitos não só de 1985 mas tam-
bém de outros anos. "Acho que
este é um problema que poderá
ser colocado nas negociações,
pois há uma atmosfera favorá-
vel para isso" — explicou,
acrescentando que a renegocia-
ção plurianual "é o caminho se
quisermos reduzir as incertezas
com relação ao futuro, fazendo
uma combinação dos interesses
representados, de um lado, pela
obtenção de condições cada vez
melhores, e de outro pela cober-
tura de um número maior de
anos para se ter tranquilidade
quanto ao futuro".

Mas a definição só quando ti-
ver início a negociação. "Nós
ainda não sabemos o resultado
que vamos alcançar no final de
84, embora as projeções sejam
muito melhores do que anterior-
mente, e devemos chegar com
uma situação muito boa em re-
lação à estrutura do balanço de
pagamentos, principalmente
com a perspectiva da continui-
dade dos soldos na balança co-
mercial" — explica o Ministro.
Garantiu que "a situação muda
inteiramente" se o país repetir
no próximo ano estes resulta-
dos.